

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA



Filosofia • Geografia • História

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Avenida Água Verde, 2140
Telefone: (0XX) 41 3340-1500
80240-900 CURITIBA - PARANÁ
www.diaadiaeducacao.pr.gov.br



Pré-vestibular



História



AULA Nº 01

Grécia

Tradicionalmente, o estudo da História da Grécia Antiga está associado ao seu período denominado “Clássico”. Isso devido principalmente à forte herança cultural deixada pelos gregos, que foi construída particularmente nesse momento.

Todavia, a formação da civilização grega ocorreu muito tempo antes desta ter vivido o seu momento de maior esplendor cultural e político. A origem dos gregos está ligada a diversas invasões de povos que faziam parte do grupo linguístico denominado **indo-europeu**. Entre estes povos destacam-se os aqueus, os dórios, os eólios e os jônios.

Em resumo podemos dividir as fases da formação da civilização grega obedecendo a seguinte cronologia:

- **Período Pré-Homérico** (XX a.C. – XII a.C.): surgimento dos primeiros povos, como a **civilização cretense**, localizada na Ilha de Creta, ao sul do mar Egeu; a invasão dos **aqueus**, responsáveis pela queda do poder de Creta na região. A base deste povo que habitava o norte da península Balcânica foi a cidade de Micenas, formando assim, a **civilização micênica**; os **dórios** ocuparam a região de forma extremamente violenta, o que levou à dispersão das várias populações que estavam fixadas na região para outros pontos do mar Egeu e do litoral da Ásia Menor. Este momento é conhecido como **primeira diáspora grega**.
- **Período Homérico** (XII a.C.-VIII a.C.): caracterizado pela formação das comunidades gentílicas, que eram pequenas unidades agrárias auto-suficientes que tinham como chefe um *pater*, ou patriarca. A centralização da economia nas atividades agrícolas foi uma imposição dos dórios. No entanto, a geografia grega não possibilitava a todos a posse de férteis propriedades. Decorre deste fator uma grande disputa pelas melhores porções de terra, causando uma divisão da sociedade entre os grandes proprietários de terras ricas – pertencentes em sua maioria à família do antigo *pater*, denominados então de eupátridas (os bem-nascidos), os pequenos agricultores conhecidos como *georgoi*, e os que não possuíam terras e assim ficavam à margem da sociedade, chamados de *thetas*.

- **Período Arcaico** (VIII a.C.-VI a.C.): por causa da escassez de terras cultiváveis na Grécia, os gregos partem para a expansão de suas fronteiras dando início à **segunda diáspora grega**. É também neste período que começa a construção da principal característica da vida política grega: a formação das **pólis**, ou seja, as cidades-Estado autônomas.
- **Período Clássico** (V a.C.-IV a.C.): A autonomia política e econômica grega é resultado da organização da Grécia em cidades-Estado. Desta forma, pode-se dizer que na Grécia Antiga os gregos constituíram uma cultura por possuírem a mesma língua e cultuarem os mesmos deuses, apesar de politicamente divididos. Cada pólis construiu diferentes formas de governo baseadas em sua organização econômica e social. Os dois maiores exemplos das diferenças gregas estão presentes nas rivais Atenas e Esparta. Entretanto, não é correto acreditar que a Grécia resumia-se a estas duas cidades criando a falsa dicotomia de democracia X militarismo.

1. Atenas da democracia

A cidade-estado de Atenas estava dividida em três grupos sociais: os **cidadãos**, que tinham a cidadania como direito de nascimento; os **metecos**, que eram os estrangeiros que não possuíam direitos civis e pagavam para viver em Atenas; e os **escravos**, que eram a base de sustentação da economia ateniense. Estes faziam os mais diversos trabalhos, e assim como os metecos, não possuíam direitos.

Em Atenas a atividade mais nobre desenvolvida por um homem era a política. Porém, somente podiam exercê-la os cidadãos, e apenas estes estariam aptos a decidir de forma positiva pelo bom gerenciamento de Atenas. Este é o conceito criado pelos atenienses de **democracia**, que significa “governo do povo”. Às mulheres restava a administração da economia doméstica, ou seja, cuidar da propriedade, escravos, e da produção, permitindo, desta forma, que o homem tivesse todo o tempo necessário para dedicar-se ao estudo da política.

Foi neste contexto que nasceu a filosofia grega. Preocupada em entender o homem, fosse a sua relação com a moral e com a cidadania (**Sócrates**), 470 A.C-999 A.C) **ou o entendimento do que é o real e como as idéias do homem o atingem** (PLATÃO 428/427A.C-347A.C), **ou ainda, a defesa da experiência científica para se chegar ao conhecimento** (ARISTÓTELES 384 A.C-322 A.C), **os filósofos gregos são res-**

ponsáveis por idéias que influenciam até os dias atuais a forma como procuramos desenvolver nossos estudos sobre o homem nas mais diversas áreas do conhecimento.

A Esparta do militarismo

O caráter militar conferido à cidade de Esparta deve-se ao fato de terem sido os dórios fundadores desta pólis. A sociedade espartana dividia-se em três grupos sociais bem distintos: **espartanos**, únicos a terem direitos políticos, eram descendentes dos antigos dórios e utilizavam-se da força militar para manter os seus privilégios; **periecos**, viviam do comércio, atividade marginalizada em Esparta, habitavam a periferia da cidade, mas podiam participar do exército, desde que no escalão inferior; **hilotas**, eram servos do Estado e de suas propriedades. Assim, além de não possuírem direitos políticos, eram obrigados a pagar uma taxa anual pela produção agrícola e não podiam abandonar a terra.

A oligarquia espartana estava fundamentada na força militar exercida pelos espartanos, que mesmo em menor número que periecos e hilotas conseguiam manter o poder. Daí a importância da educação militar ser uma responsabilidade do Estado, pois desta supremacia belicosa estaria a sobrevivência do poder aristocrático e oligárquico em Esparta.

As guerras

1. As Guerras Médicas (492 a.C. - 479 a.C.)

As **Guerras Médicas** foram travadas contra os persas que tentaram invadir a Grécia. Seu nome deve-se ao nome de um dos povos persas, os **medos**. Esta guerra obrigou a união entre as várias pólis gregas, a **Liga de Delos**, em defesa do território.

Os membros da liga pagavam impostos que eram depositados na ilha de Delos com o objetivo de financiar o contra-ataque grego. A vitória dos gregos deu-se por definitiva na chamada Batalha de Maratona, (490 A.C), **lideradas por Atena, que aproveitando de seu poderio militar passou a encabeçar a liga.**

Inicia-se então o período do **imperialismo ateniense**, no qual Atenas passa a administrar os recursos financeiros que são depositados na ilha de Delos e, principalmente, a interferir na vida política e social das outras pólis.

A insatisfação cresce entre as outras cidades-Estado, particularmente em Esparta, que lidera então uma aliança formada para combater o imperialismo ateniense, a chamada **Liga do Peloponeso**.

2. Guerra do Peloponeso (491 a.C. - 404 a.C.)

Em 491 a.C. começa o confronto militar entre as duas ligas. São anos de conflitos intercalados com tréguas. Por fim, em 404 a.C., Atenas e suas aliadas sucumbem ao poder da Liga do Peloponeso, o que permite que a hegemonia da Grécia seja exercida por Esparta.

No entanto, esta hegemonia é efêmera, e outras cidades-Estado gregas passam a disputar internamente o poder, o que contribui para a decadência da organização da autonomia política das pólis gregas.

É dentro deste contexto de guerras internas que a Grécia sucumbe ao domínio estrangeiro do Império Macedônico chefiado por **Alexandre, o Grande** (396 A.C-323 A.C).

O vasto império construído por Alexandre se estendeu pela Ásia, Europa e África, e foi o grande responsável pela divulgação da cultura grega. A fusão da cultura grega com a do Oriente resultou em uma nova expressão cultural denominada **helenismo**.

Recordar

- A Grécia foi formada por vários povos de origem lingüística indo-européia: aqueus, dórios, jônios, eólios.
- Muito do que se sabe a respeito do período Pré-Homérico e Homérico é resultado de pesquisas arqueológicas e está presente nas obras *Ilíada e Odisséia*, creditadas ao grego Homero (VIII A.C).
- No período clássico ocorreu o apogeu da civilização grega em todos os aspectos: político e econômico, com a autonomia das cidades-Estado; cultural, com o desenvolvimento da arte, filosofia, teatro, literatura; militar, com a vitória nas Guerras Médicas. Mas foi também neste período que, devido a disputas internas, como a Guerra do Peloponeso, que a Grécia foi dominada por outros povos provocando o fim da autonomia que caracterizara até então a Grécia das cidades-Estados.



A Odisséia. Direção: Francis Ford Coppola.
EUA, 1977.

QUESTÕES DE VESTIBULAR:

01. (PUC – PR DEZ/2005) Foi uma forma de governo estranha a Atenas e a Esparta, as duas principais polis ou cidades-estados da civilização grega:
- Monarquia-diarquia.
 - Tirania.
 - Teocracia.
 - Democracia.
 - Oligarquia.
02. (PUC – PR DEZ/2005) Algumas civilizações da Idade Antiga, embora brilhantes, não formaram estados unificados, ou seja, sempre foram politicamente fragmentadas, mostrando o predomínio periódico de algumas cidades. São exemplos desse enunciado as civilizações:
- persa e egípcia.
 - romana e hebraica.
 - sumeriana e romana.
 - acadiana e persa.
 - grega e fenícia.
03. (PUC – PR DEZ/2004) Os gregos antigos colocaram o Estado acima da religião, valorizaram os ideais da liberdade humana e glorificaram o homem como a mais importante criatura do universo. Analise as afirmações sobre a civilização grega:
- A vitória dos gregos sobre os persas na batalha do desfiladeiro das Termópilas, deu a Esparta o controle sobre toda a Grécia.
 - As reformas de Sólon favoreceram o surgimento da democracia em Atenas.
 - A civilização helenística surgiu do amálgama da civilização grega com a romana.
 - A democracia ateniense era direta e não se estendia a toda população de Atenas.
- São afirmações corretas:
- apenas I e II
 - apenas II e IV
 - I, II e III
 - apenas II e III
 - II, III e IV
04. (UEL – 2ª FASE DEZ/2005) Uma das características da cultura política grega é a noção de cidadania. Tal noção define a vinculação da pessoa a uma determinada pólis, por laços essencialmente familiares, e estabelece, concomitantemente, a permanente obrigação de defesa da cidade, a contribuição para seu bem geral, e o direito de opinar sobre seus destinos. Foi em virtude desta última implicação do conceito de cidadania que, em sentido lato, quase todas as cidades gregas tenderam à democracia. As diferenças se fazem sentir quanto à forma de participação do cidadão. Com base no texto e nos conhecimentos sobre a cidadania grega, é correto afirmar:
- As reformas de Péricles buscaram, entre outras coisas, incorporar todos os cidadãos ao processo decisório da Eclésia e dos tribunais, tornando possível a participação dos menos abastados, por meio de modesta remuneração.
 - Nas pólis que se mantinham institucionalmente oligárquicas, ou sujeitas a modalidades de tirania, era vedado aos cidadãos comuns externar suas opiniões sobre as decisões públicas.
 - As mulheres, numa cultura patriarcal que reservava a vida pública exclusivamente aos homens, eram cidadãs partícipes da discussão política, tendo voz ativa e voto na assembléia.
 - Nas cidades gregas, o estrangeiro era um hóspede destituído da cidadania, tendo os seus direitos privados devidamente assegurados, sem restrições quanto à propriedade fundiária e aos direitos cívicos.
 - O escravo, que antes de tudo estava excluído da cidadania, era considerado como parte da comunidade e, portanto, capacitado a opinar sobre os negócios públicos.

05. (UEL – 2ª FASE DEZ/2004) – Com o fim do domínio gentílico sobre a terra, os parentes mais próximos do *pater* apropriaram-se das terras mais ricas, passando a ser conhecidos como *eupátridas* (os bem nascidos). O restante da terra foi dividido entre os *georgoi* (agricultores); os mais prejudicados por esta divisão foram os *thetas* (marginais), excluídos da partilha. Os novos grupos sociais, a propriedade privada da terra e o surgimento dos *demos* marcaram o advento da *pólis* (cidade estado) grega. Sobre a *pólis* grega, é correto afirmar:

- Em razão da abundância de terras na *pólis*, os excedentes populacionais balcânicos continuaram a lutar por terras em torno da acrópole.
- O poder ampliado do *pater* na administração da família e da casa enfraqueceu o individualismo, pois beneficiou igualmente filhos e parentes distantes na partilha dos bens.
- Os *georgoi* produziram grandes riquezas em suas terras devido às boas colheitas e, com isso, despertaram a cobiça dos *eupátridas*.
- Com a *pólis*, o urbano constituiu-se como a base da sociedade e seu elemento de união, e a cidade-estado passou a ser liderada por um conselho de *eupátridas*.
- Os *demiurgos* tornaram-se o grupo social dominante em cada *pólis*, compartilhando o poder político com os *eupátridas*.

06. (UNICENP – DEZ/2005) – “Traduzimos como *cidade*, ou *cidade-estado*, o termo *pólis*, com o qual os Antigos designavam, na época clássica, um estabelecimento humano geralmente agrupado em torno de um centro urbano e controlando um território relativamente extenso. A *cidade-estado* era, então, a forma política característica do mundo grego ...”

(MOSSE, Claude. Dicionário da Civilização Grega. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 60.)

Sobre as duas principais cidades gregas do período clássico, é correto afirmar:

- Em Esparta, a situação das mulheres era bem melhor do que em Atenas, tanto que possuíam plenos direitos políticos.
- Em Atenas, pela Lei de Péricles de 451 a.C., os metecos (estrangeiros) passaram a gozar de direitos e isto ocorreu, pois Péricles tinha como esposa uma hetaira de Corinto, a célebre Aspásia.
- Ademocracia *teniense* era direta (caso da Eclésia) e indireta para outras funções (caso dos Estrategos, por exemplo). Os cargos eram preenchidos por eleições e por sorteios. Para que os cidadãos pobres também participassem, foi instituído o *misthós* (salário) para o exercício de funções públicas.
- Em Esparta, os *periecos* é que controlavam as funções públicas, pois os *esparciatas* dedicavam-se exclusivamente à guerra.
- Em Atenas, a democracia foi instituída por Pisístrato e consolidada pelos seus filhos: os tiranos Hiparcos e Hípias.

07. (UEPG – 2004) – Na sociedade espartana, o hilotismo era elemento constitutivo de sua organização social. Sobre os hilotas, assinale o que for correto.

- 01) Eram responsáveis pelo comércio e artesanato locais.
- 02) Eram respeitados pela classe dominante espartana, tendo a possibilidade de acumular pequenas fortunas com as quais comprovavam títulos de cidadania.
- 04) Eram submetidos aos *kriptios*, forma de repressão e extermínio, para impedir o crescimento demográfico e rebeliões.
- 08) Constituíam a camada social subjugada econômica e politicamente e pertenciam ao Estado.
- 16) Eram expropriados através da cobrança de impostos extorsivos e sofriam violências por parte dos *esparciatas*.

AULA Nº 02

ROMA

Contexto: seguindo uma cronologia clássica pode-se dividir a história de Roma basicamente em três momentos distintos:

- Monarquia;
- República
- Império

Monarquia: de 753 a.C a 509 a.C.

O marco inicial deste período está na história da fundação da cidade de Roma e todas as lendas que cercam este acontecimento.

O mito dos gêmeos Rômulo e Remo valida o interesse de tornar mais grandiosa a história desta poderosa civilização da antiguidade que tanto influenciou a formação do mundo ocidental do qual fazemos parte. Esta idéia é ainda reforçada pelo fato de que a maioria das informações acerca deste período da história serem conhecidos através de fontes escritas por pessoas que viveram muitos anos após a data oficial da fundação de Roma.

Formados por vários povos que viviam na península Itálica como, etruscos, sabinos, latinos, gregos, os romanos viviam sob o poder de reis e do **Senado**.

Os reis tinham seu poder concentrado em três áreas: militar, administrativa e religiosa. No entanto, seu poder estava condicionado a uma instituição, o Senado, que como já vimos esteve presente em todos os momentos da vida política romana e que nesta ocasião exercia uma faculdade jurídica.

Só podiam participar no Senado os **patricios**, que faziam parte da elite romana. Os **plebeus** constituíam um outro grupo social desprovido de influência política. Portanto, como podemos concluir, o Senado existia para garantir a manutenção do seu domínio.

O último rei do período monárquico, **Tarquínio, o soberbo**, foi deposto pelo Senado justamente por ter se aproximado dos plebeus e de seus interesses.

República: de 509 a.C. a 27 a.C.

A importância deste período está no seguinte elemento: o **início da expansão territorial**.

O Senado passa a ser a principal instituição de poder na qual concentravam-se a administração do Estado e a importante tarefa de dirigir a política expansionista de conquistas.

A cada ano o Senado elegia dois cônsules que desempenhariam funções militares, administrati-

vas e jurídicas. Por serem dois, um tinha poder de veto sobre o outro.

Outros funcionários, sempre patricios, participavam do governo romano: os pretores, os questores, os censores e os edis.

Havia, no entanto, um cargo que era ocupado em casos de crise política, os **ditadores**.

As crises eram muito comuns no período da República. O principal motivo estava relacionado à má distribuição das terras que passaram a ser conquistadas pelos exércitos romanos (século IV a.C.). Todas as terras decorrentes da expansão territorial eram repartidas entre aqueles que já eram grandes proprietários agrários, os patricios. Inconformados com tal situação os plebeus passaram a promover diversos protestos reivindicando mais participação política, econômica e social.

Entre as leis que promoveram uma aparente participação dos plebeus estão a **Lei das XII Tábuas**, a **Lei Canuléia**, a **Lei Licínia-Sextia**, a **Lei Olgúnia** e a **Lei Horténsia**.

Dos vários momentos em que ditadores governaram Roma, dois são marcantes, especialmente por terem contribuído para o fim da República:

1. Primeiro Triunvirato: (59 A.C-53 A.C)

Roma foi dividida em três partes e cada uma estava subordinada ao poder de um general (Júlio César, Pompeu e Crasso). No entanto, este arranjo não deu certo devido a disputas internas. Após a morte de Crasso, César vence Pompeu e declara-se Ditador Perpétuo, o que dura até a sua morte, resultado de uma conspiração senatorial.

2. Segundo Triunvirato: (43 A.C-33 A.C)

temos três generais: Lépido, Marco Antônio e Otávio. Desta vez o poder, com total apoio do Senado, passa para as mãos de Otávio, que é declarado *imperator* (general-supremo), *príncipes* (primeiro cidadão) e *augustus* (divino). Esse último nome Otávio adota ao tornar-se primeiro imperador de Roma(27 A.C).

Império: de 27 a.C. a 476 d. C

O Império é o momento do **máximo da expansão territorial romana**. Muitos territórios da Europa, África e Ásia foram anexados a Roma – os *ager publicus*, ou seja, terras públicas. Ainda, como parte da política expansionista estava também a escravização dos povos derrotados. Desta forma, Roma além de basear sua economia na con-

quista fundiária passou a produzir fundamentada no trabalho escravo.

Em decorrência disso, ocorre uma grave crise social resultado do enfraquecimento dos pequenos produtores que não tinham como competir com os produtos originados das regiões conquistadas, nem com o baixo custo dos grandes proprietários, que recebiam escravos do Estado. Desta forma, as cidades passam a receber uma imensa leva populacional originária do campo, o que se reflete no exército romano, formado preponderantemente por esses antigos pequenos proprietários.

Recordar

- Monarquia: domínio da realeza; o rei era escolhido por um conselho de aristocratas.
- República: predomínio do poder dos cônsules e do Senado.
- Império: período de grande expansão territorial, fortalecimento do exército e centralização do poder.



Gladiator. Direção: Ridley Scott. EUA, 2001.

Spartacus. Direção: Stanley Kubrick. EUA

Questões Vestibular:

01. (PUC – PR DEZ/2004) A importância de Otávio Augusto em Roma antiga, concentra-se principalmente no seu esforço para:

- a) solucionar a crise agrícola decorrente da falta de pequenas propriedades.
- b) vencer as guerras púnicas, trazendo paz para a sociedade romana.
- c) estruturar um império com governo centralizado, apoiado em instituições republicanas.
- d) impedir que as reformas introduzidas pelos Graco alterassem a estrutura agrária de Roma.
- e) favorecer a expansão do cristianismo, conciliando seus princípios com a filosofia romana.

02. (PUC – PR DEZ/2003) A grande realização de Roma foi transcender a estreita orientação política da cidade-Estado e criar um Estado Universal que unificou diferentes nações do mundo mediterrâneo.” (Marvin Perry).

Com relação à antiga civilização romana:

- I. Os cônsules romanos eram encarregados da administração da justiça e da cobrança de impostos.
- II. A principal herança da civilização romana para o mundo foi o seu sistema de leis.
- III. A civilização helenística surgiu da fusão das civilizações grega e romana.
- IV. Após Otávio ter posto ordem na anarquia, Roma atingiu a idade de ouro com os imperadores. Por quase duzentos anos o mundo mediterrâneo desfrutou a “pax romana”, com ordem, eficiência e prosperidade.

São corretas as afirmações:

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas I e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) Apenas II e IV.

03. (UFPR – DEZ/2004) Com relação à sociedade e à política no mundo romano, é correto afirmar:

- () A República romana, instaurada após a deposição de Rômulo, foi inicialmente dominada pelos patrícios, detentores da cidadania romana plena.
- () Entre as conquistas políticas da plebe inclui-se a aceitação pelos patrícios de que o resultado do plebiscito passasse a ter força de lei para todo o Estado romano.
- () Na República romana existiam poucos escravos, e, por esse motivo, não ocorreram revoltas servis.
- () Com Otaviano Augusto foi instituído o Principado, que corresponde à fase de implantação do Império romano, extinguindo-se a República enquanto sistema político.
- () Pelo Édito de Caracala (212 d.C.), o direito de cidadania romana foi estendido a todos os habitantes livres do Império romano.

04. (UEPG – 2004) – Sobre o mundo romano, assinale o que for correto.

- 01) Júlio César (59 a.C.) introduziu na vida pública o princípio de que o mesmo homem pode ocupar simultaneamente vários cargos e transformou isso em prática regular quando, ao mesmo tempo, foi cônsul em Roma e procônsul nas Gálias.**
- 02) Por volta do século III a.C. a República Romana caracterizava-se por um equilíbrio maior entre os diferentes grupos sociais; no entanto, tal equilíbrio não superava a distância entre dois mundos distintos: o dos patrícios e o dos plebeus.**
- 04) O Império Romano, a partir do século III d.C., enfrentou uma grave crise, provocada principalmente pelo colapso do sistema escravista, pela diminuição da produção e do comércio e pela pressão nas fronteiras.**
- 08) As lutas sociais ocorridas entre os séculos V e III a.C. garantiram a hegemonia política da classe social dos hilotas e submeteram os periecos à Assembléia Popular.**
- 16) As magistraturas romanas formavam o mais alto conjunto de funcionários da República e se dividiam em cônsules, pretores, censores, questores, tribunos da plebe e edis.**

AULA Nº 03

OS POVOS BÁRBAROS, O IMPÉRIO BIZANTINO E O ISLAMISMO

Contexto: a partir do século III d.C., os chamados povos bárbaros – conhecidos por este nome por não fazerem parte do Império Romano – começaram a ocupar territórios romanos tanto de forma pacífica como também através de guerras. As crises internas (diminuição no número de escravos, enfraquecimento do exército, encarecimento da vida com aumento de impostos e preços, difusão do cristianismo) enfrentadas pelo lado ocidental levaram à lenta, mas contundente, queda do lado ocidental romano. O ano de 476 d.C., marco utilizado na História para demarcar o início da Idade Média, diz respeito à tomada da cidade de Roma pelos visigodos.

por leis e instituições político-administrativas. A estrutura social estava arranjada em torno dos clãs, ou seja, a ligação de sangue, ficando no topo da hierarquia os guerreiros, que formavam uma assembleia. Religiosamente cultuavam os elementos da natureza e os espíritos dos guerreiros.

Entre os vários “povos bárbaros” que contribuíram para a fragmentação do Império Romano estão **visigodos, ostrogodos, vândalos, lombardos, anglos, saxões, burgúndios e suevos**, mas nenhum deles contribuiu tanto quanto os **francos** na organização da sociedade medieval.

Os reinos bárbaros

A palavra “bárbaro”, de origem grega, era utilizada para designar os estrangeiros que não sabiam falar corretamente a língua grega. Tempos depois os romanos passaram a aplicá-la a todos aqueles que não participavam da cultura romana e que também não viviam nos domínios do Império.

Com a crise do Império Romano a partir do século III d.C., começaram as diversas migrações dos povos germânicos, que em certos momentos foram estimuladas pelos romanos que necessitavam de auxílio no controle das fronteiras. Em um segundo instante, ocorre a fase violenta das invasões, feitas por povos que vindos de regiões como a Ásia, dos violentos hunos, que espalharam o terror por todo o continente asiático, desde a Mongólia até a sua derrota na Gália (atual França), ou então a dos germânicos, que viviam na região entre os rios Reno e Danúbio.

Diferentemente da cultura greco-romana, que estava ligada a uma vida mais urbana, com um bom desenvolvimento do comércio e da organização do poder em torno de um chefe, os germânicos baseavam sua economia na agricultura e pecuária, com a predominância da mão-de-obra familiar. Quanto à política, desconheciam a noção de um Estado organizado



INVASÕES BÁRBARAS AO IMPÉRIO ROMANO NOS (SÉCULOS IV E V).

Francos

A expansão dos francos sobre a antiga Gália divide-se em dois momentos: o primeiro com o predomínio da dinastia **merovíngia**; e o segundo, e mais importante, com o predomínio da dinastia **carolíngia**. Foi sob o governo de **Carlos Magno** que se vislumbrou o primeiro reino feudal disposto com os elementos característicos do feudalismo: distribuição de terras entre os nobres em busca de aliança política e militar; relação de fidelidade entre senhores feudais (suseranos) e seus feudatários (vassalos); utilização do trabalho servil; união entre Estado e Igreja, inclusive com a aclamação de Carlos Magno como *Imperador dos Romanos*, com um forte caráter cristão.

Império Bizantino



MAPA 2: IMPÉRIO BIZANTINO NO SÉCULO VI

A divisão do Império Romano em duas partes uma ocidental com a capital em Roma, e a outra oriental tendo como capital **Constantinopla (272-337)** (nome dado em homenagem ao imperador Constantino) foi uma medida que procurou preservar a parte mais rica do Estado romano e que ainda não havia sentido a pressão das migrações bárbaras.

O Império Bizantino (nome decorrente da fundação grega da antiga cidade de Bizâncio, depois chamada de Constantinopla, e hoje conhecida como Istambul, na Turquia), sobreviveu aproximadamente 1000 anos após a queda da sua irmã ocidental Roma, já que sua economia não foi afetada tanto pela crise no escravismo quanto pelas invasões estrangeiras, visto que esta havia estabelecido uma ampla rede de comércio que sustentava a economia interna.

A autoridade máxima era o Imperador, que a partir de 1054, com o **Cisma do Oriente** passou também a ser o chefe na cristandade oriental. O cristianismo predominou na região, mesmo tendo organizado-se de uma forma diferente daquele que continuou a ser professado nos reinos germânicos, e do qual a Europa ocidental é herdeira. E a partir de tal Cisma as diferenças entre o cristianismo ocidental e oriental acentuaram-se tanto na chefia quanto nas tradições e forma de organização do vulto de cada uma das igrejas.

O principal imperador bizantino foi **Justiniano (527-565 d.C.)**, que conseguiu o feito de reconquistar grande parte do Império ocidental, inclusive sua antiga capital Roma. Todavia, o seu grande legado está no campo do direito, com a compilação e atualização do antigo direito no romano, o **Corpus Juris Civilis** (Corpo do Direito Civil), ou **Código Justiniano**, que tinha por objetivo organizar a administração do Estado e reforçar o poder do imperador.

Após o governo de Justiniano, o Império Bizantino enfrentou grandes períodos de decadência intercalados por momentos de

recuperação. Finalmente, no ano de 1453, a cidade de Constantinopla é tomada pelos turcos-otomanos, que já haviam conquistado os Bálcãs e a Ásia Menor. Para muitos historiadores este é o marco final da Idade Média e início da Idade Moderna.

Árabes e o Islamismo

A civilização árabe desenvolveu-se na Península Arábica, região onde já habitavam muito antes do início da Era Cristã. No século VI d.C., estavam divididos em dois grupos distintos: o dos **sedentários**, que se dedicavam à agricultura e ao comércio, e o dos **beduínos**, nômades que viviam no deserto praticando o pastoreio, e que durante os longos períodos de seca saqueavam as populações sedentárias.

Os dois grupos estavam divididos em tribos que possuíam cada uma um chefe (sheiks). Não havia entre os árabes uma unidade política ou religiosa. Muito pelo contrário, estes adoravam várias divindades, ídolos, mas principalmente a **Pedra Negra**, todos estes depositados no templo da **Caaba**, localizada na cidade de **Meca**, alvo de peregrinação e centro comercial da Península Arábica.

No século VII, um homem chamado **Maomé**, recebeu a missão de pregar a vontade de **Alá** como único Deus e criador de tudo o que existe, dando origem ao **Islã**. Todavia, sua pregação monoteísta não foi aceita entre os comerciantes que dominavam a região de Meca tendo que fugir desta para a cidade de **Iatreb**. Esse fato é conhecido como **hégira**, e deu origem à contagem do calendário islâmico.

Em 630, Maomé consegue retornar a Meca com muitos adeptos que destroem os ídolos que estavam na Caaba, preservando unicamente a Pedra Negra. Meca eleva-se à condição de capital dos muçulmanos, que passam a ter uma unidade política e religiosa.

O Império Islâmico cresce muito após a morte de seu profeta Maomé, espalhando-se primeiramente pelos territórios vizinhos, até chegar ao norte da África e à Península Ibérica, sendo, no entanto, barrados pelos francos na famosa batalha de Poitiers, em 732.

O islamismo foi fortemente influenciado pelo cristianismo e judaísmo, decorrente do intercâmbio econômico e cultural na região. Maomé é o principal profeta do islamismo, que tem como fonte de fé o **Corão**, ou **Alcorão**, livro sagrado dos muçulmanos. Com a morte do profeta, os muçulmanos dividiram-se em vários grupos divergentes. Hoje os mais conhecidos são os **sunitas**, que defendem a idéia da livre escolha de seus líderes e também nos ensinamentos da **Suna**, livro que contem os ditos e feitos de Maomé; os **xiitas**, que acreditam que o poder político e econômico deveria concentrar-se nas mãos de descendentes do profeta Maomé.

RECORDAR

- A partir dos séculos IV e V os povos germânicos, ou bárbaros, invadem o Império Romano do Ocidente em sucessivas levas contribuindo para o seu desmembramento, e conseqüente introdução de uma nova organização política, econômica, social, cultural e religiosa: o feudalismo.
- O Império Bizantino, o antigo Império Romano do Oriente, mesmo com a queda de sua metade ocidental, sobrevive até o século XV, e acaba somente quando a cidade de Bizâncio é tomada em 1453 em definitivo pelos turcos-otomanos.
- O islamismo nasce na Península Arábica no século VII, com as pregações de seu mais importante profeta, Maomé.
- Com o crescimento do islamismo entre os árabes, nasce também uma identidade cultural não existente até então, que contribui para a organização de um forte estado islâmico, que passa a conquistar diversas regiões do Oriente Médio, norte da África e oeste da Europa.



El Cid. Direção: Anthony Mann.
EUA/Espanha, 1961.



As mil e uma noites. Adaptação em português de Julieta de Godoy Ladeira.
11ª. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

QUESTÕES VESTIBULAR:

01. MACKENZIE JUNHO 2004 Clóvis (481 – 511) destacou-se, não só por seus êxitos militares, mas também por ter sido o primeiro chefe bárbaro a adotar o catolicismo, fazendo-se batizar, juntamente com três mil guerreiros, em 496. Este fato facilitou muito o fortalecimento de seu poder. Até o século V, o povo franco estava dividido em tribos que foram unificadas por Clóvis, dando início a uma dinastia que recebeu o nome de:
- a) Burgúndia.
 - b) Merovíngia.
 - c) Visigótica
 - d) Carolíngia.
 - e) Capetíngia.

02. (PUC – PR DEZ/2003). No século VI, o Império Bizantino foi governado pelo seu mais célebre imperador, Justiniano. Conseguiu anexar várias regiões ao seu território, praticou o cesaropapismo, isto é, fazia constantes intervenções nos assuntos religiosos e mandou edificar a suntuosa Igreja de Santa Sofia. Na cultura jurídica, organizou o Corpus Juris Civilis, no qual podemos destacar:

- I. Um código, que continha toda a legislação romana revisada desde o Imperador Adriano.
- II. O Digesto ou Pandectas, que incluía um sumário da jurisprudência romana.
- III. A Recomendação, que teve suas origens no antigo Patronato romano.
- IV. As Institutas, que constituíram um resumo para ser utilizado pelos estudiosos de Direito.
- V. As Novelas ou Autênticas, que reuniam as novas leis do Imperador.
- VI. O Dominus Noster, inspiração nas Monarquias Despóticas e Teocráticas do Oriente.
- VII. As Leis Licínia e Ogúlnia, que tratavam de assuntos referentes ao Direito Civil e ao Direito Penal.

- a) I, II, IV e V.
- b) I, II, III e VII.
- c) II, III e IV.
- d) II, IV, VI e VII.
- e) I, IV, V e VI

03. (PUC- PR DEZ/2004) 03. A História do Império Bizantino abrangeu um período equivalente ao da Idade Média, apesar da instabilidade social, decorrente, entre outros fatores:

- a) dos freqüentes conflitos internos originados por controvérsias políticas e religiosas.
- b) da excessiva descentralização política que enfraquecia os imperadores.
- c) da posição geográfica de sua capital, Constantinopla, vulnerável aos bárbaros que com facilidade a invadiam freqüentemente.
- d) da constante intromissão dos imperadores de Roma em sua política.
- e) da falta de um ordenamento jurídico para controle da vida social.

04. (PUC-PR DEZ/2002) No início, o Islã cresceu à custa do Império Bizantino e do Império Persa – cerne ainda do Islã – as duas maiores forças do Oriente Médio durante o período de expansão do islamismo. No apogeu, porém, o Império Muçulmano estendeu-se da Espanha até a Índia, superando mesmo o ponto de expansão máxima do Império Romano. (Stewart, Desmond – Antigo Islã, José Olympio, Rio de Janeiro, Biblioteca Life, 1967.) Com base no texto e nos conhecimentos de História, assinale a opção correta:

- I. A conquista da Síria e Palestina ocorreu ainda sob o governo de Maomé, falecido no ano 632 da Era Cristã.**
- II. Os árabes, após a luta de conquista, eram generosos para com os dominados, convivendo em paz com os vencidos, quer fossem cristãos, judeus ou de outras religiões, não conhecendo o racismo.**
- III. Sob a dinastia dos Omiadas ocorreu a conquista da Península Ibérica, que politicamente formava o Império Visigótico, exceto as Astúrias.**
- IV. Enquanto os Califas Perfeitos ou Legítimos tiveram capital em Meca, sob a dinastia dos Omiadas e Abássidas as capitais foram Damasco e Bagdá.**
- V. O ponto de máxima expansão do Império Romano, aludido no texto, ocorreu sob o governo de Augusto.**

Estão corretas:

- a) I, III, IV e V**
- b) II, III, e IV**
- c) apenas I e III**
- d) apenas IV e V**
- e) apenas III e V**

AULA Nº 04

O FEUDALISMO E A SOCIEDADE FEUDAL

Contexto: denomina-se feudalismo toda a estrutura econômica, política, social e cultural que passou a organizar a Europa Ocidental a partir da crise do antigo sistema escravista romano no século III d.C.. A base do feudalismo está na idéia de que a vida, até então dividida entre o mundo urbano e rural, passou a ser regido por uma totalmente agrária resultado do êxodo urbano que assolou as regiões que faziam parte do então Império Romano do Ocidente causado em parte pelo terror que as diversas invasões bárbaras provocaram.

Assim, todas as atividades estariam vinculadas a um mundo rural vivificado nos antigos latifúndios romanos chamados agora de **feudos**. Dentro dos feudos era produzido tudo o que era necessário para a sobrevivência de seus moradores, estes divididos entre proprietários e trabalhadores.

No grupo dos proprietários estavam os **nobres** e o **clero**. Formavam a nobreza feudal os antigos patrícios romanos proprietários de grandes latifúndios que através de alianças políticas e militares conseguiram assegurar a posse das propriedades e os guerreiros pertencentes a nobreza dos diversos povos bárbaros (aula 3) que desmembraram as terras, até então romanas, e formaram novos reinos.

Já o clero era formado por membros da Igreja Católica (padres, monges, abades, bispos, papa) que foi a única instituição a sobreviver e, ganhar ainda mais força com a queda do Império Romano do Ocidente.

Os trabalhadores denominados **servos**, realizavam todo o trabalho dentro dos feudos, viviam e tiravam seu sustento das terras conhecidas como **manso servil** destinadas a produção e subsistência dos servos. Para usufruírem desta produção eram obrigados a pagar pesados impostos aos **senhores feudais** como a **corvéia** (trabalho gratuito nas terras do senhor, os **mansos senhoriais**), a **talha** (parte da produção do manso servil era dada aos senhores), **tostão de Pedro** (imposto pago com produção agrícola à Igreja), **banalidades** (pagamento pelo uso do moinho, forno, celeiro e de equipamentos do feudo). Em resumo, os servos estavam presos a uma série de obrigações aos seus senhores em troca da segurança oferecida por esses.

Os feudos eram divididos em três áreas: **manso senhorial** ou **domínio**, **manso servil** e o **manso comunal**, este formado por bosques,

pastagens e açudes. Dentro de uma economia feudal as terras tornaram-se o principal fator de riqueza e poder. Assim, as partes dos feudos eram pensadas de modo a garantir a sua manutenção como o castelo que possuía uma finalidade militar e estava estrategicamente posicionado na parte mais alta das terras e por vezes circundados por fossos, garantindo assim, a segurança de seus ocupantes.

A questão relacionada a segurança era fundamental numa sociedade que diferentemente do sistema capitalista garantia a posse e aquisição de terras através da herança (primogenitura masculina), força (disputas territoriais), ou então das alianças políticas e militares conhecidas como relações de **suserania e vassalagem**.

Contrato estabelecido entre dois senhores no qual um era o vassalo, que através de uma cerimônia (**homenagem**), recebia do suserano um feudo para usufruí-lo plenamente. Em troca prometia fidelidade política e militar como ceder seus exércitos aos suseranos em momentos de guerra. Além, das terras, o vassalo passava a contar com a proteção do seu suserano.

Outro aspecto importante dentro do sistema feudal era a descentralização do poder. Cada feudo possuía sua própria organização e leis às quais estavam subordinadas à autoridade senhorial. A figura do rei continuou a existir neste período, no entanto, seu papel passou a ser outro, o de suserano maior, ou seja, em caso de perigo de invasões ele comandava a defesa do seu reino que abrigava os diversos feudos formados por seus vassallos, que também poderiam ser suseranos de outros senhores feudais.

A Igreja Católica

Única instituição ligada ao Estado a sobreviver às mudanças estruturais da transição da sociedade escravista para a sociedade feudal, a Igreja Católica, ganha ainda mais força na Idade Média. Isso ocorreu porque com o fim das instituições do Estado e suas funções administrativas a Igreja passou a desempenhar os papéis do mesmo. Presentes em todos os níveis da sociedade medieval eram os padres que passaram a educar, orientar a economia e dividir, com respaldo religioso, a divisão e manutenção de uma sociedade hierarquizada:

- os que rezavam (clero);
- os que combatem (nobres);
- os que trabalham (servos).

Outro fator que contribuiu para o fortalecimento do poder da Igreja durante a Idade Média foi, além do grande prestígio social, o seu enriquecimento. Doações de fiéis, decisões políticas beneficiando poderosos senhores feudais, e a instituição do celibato entre padres, garantia à Igreja que todos os benefícios de herança com a morte de um clérigo, visto que ele não teria herdeiros (legítimos) para reclamar o espólio.

O crescente apego da Igreja aos bens materiais levou a uma divisão entre os clérigos:

- **Clero regular:** vivia conforme as pregações do cristianismo primitivo e assim, à *regula*, ou seja os votos que os religiosos faziam.
- **Clero secular:** viviam no *saeculum*, no seu tempo, no mundo, cuidando da administração e exploração de riquezas.

O papel desempenhado pela Igreja também é muito claro na cultura medieval: educação, literatura, arquitetura, escultura, pintura, entre outros elementos, foram organizados pelo pensamento cristão católico que visava garantir através destas manifestações a manutenção do seu poder.

RECORDAR



O nome da rosa. Direção: Jean-Jacques Annaud. Ale/Fra/Ita., 1986.

EXERCÍCIOS

01. (PUC-PR DEZ/2004) Textos de todos os povos falam do excesso e do peso do pagamento de tributos, incluindo os camponeses ou servos de gleba medievais no Ocidente da Europa. Para estes, das várias obrigações, cita-se o pagamento de tributo em espécie e fornecimento de mão-de-obra gratuita para reparo de pontes, estradas, canais, etc., respectivamente com os nomes de:
 - a) corvéia – talha.
 - b) censo – capitação.
 - c) banalidades – talha.
 - d) talha – corvéia.
02. (UEL – 2003) - “Como o rei, cada um dos sires (senhores) sente-se encarregado de manter em nome de Deus a paz e a justiça, e toda a rede de direitos que lhe permite cumprir esse ofício converge para seu castelo. A torre, antigamente símbolo da cidade soberana, da majestade real (...) aparece agora como símbolo de um poder pessoal.”

(DUBY, Georges. *No Tempo das Catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)*. Lisboa: Imprensa Universitária, 1979. p. 44.)

Sobre as relações e as atribuições sociais no século XI, período de plenitude do feudalismo no Ocidente Europeu, é correto afirmar:

 - a) Os senhores encarnavam o poder de governo, impondo a sua força armada e controlando a administração da justiça e a cobrança de impostos.
 - b) Submetidos ao regime de escravidão, os servos eram impedidos de ter acesso às terras comunais.
 - c) A nobreza, sem função definida, passou por acelerado processo de desestruturação, que levou à sua substituição pelo clero na sociedade feudal.
 - d) A reação contra o pagamento dos impostos senhoriais gerou grande contingente de camponeses desenraizados, que se organizavam em bandos armados a serviço dos nobres contrários ao processo de feudalização.
 - e) As cidades simbolizavam o poder dos senhores feudais e submetiam a nobreza à sua legislação centralizadora.

03. (UFPR – 2004) “(...) Na sexta-feira (7 de abril) foram de novo prestadas homenagens ao conde, as quais eram feitas por esta ordem, em expressão de fidelidade e garantia. Primeiro prestaram homenagem desta maneira: o conde perguntou (ao vassalo) se ele desejava tornar-se o seu homem, sem reservas, ele respondeu: *Quero*; então, tendo juntas as mãos, colocou-as entre as mãos do conde e aliaram-se por beijo. Em segundo lugar, aquele que havia prestado homenagem jurou fidelidade ao porta-voz do conde, com estas palavras: *Comprometo-me por minha fé a ser fiel daqui por diante ao conde Guilherme e a cumprir integralmente a minha homenagem, de boa-fé e sem dolo, contra todos*; e, em terceiro lugar, jurou o mesmo sobre as relíquias dos santos.”

(Galberto Brugense. *Vita Karoli Comititis Flandriae. Monumenta Germanica Historica. Scriptores, apud PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. História da Idade Média*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. p. 96.)

As relações feudo-vassálicas representam o sistema feudal, caracterizando-se pela vinculação pessoal entre um senhor e seu vassalo. Ainda que haja inúmeras variantes regionais da aplicação desse modelo sociopolítico, os elementos que as compõem e a natureza das vinculações mantêm-se as mesmas. Sobre esse modelo, é correto afirmar:

- As relações feudo-vassálicas explicam as intensas atividades comerciais estabelecidas entre senhores feudais e a aristocracia guerreira.
- O vínculo vassálico que une um senhor a seu vassalo constitui uma iniciativa de estruturação, controle e unidade dos grupos privilegiados.
- O senhor cobra do vassalo fidelidade e serviço e oferece em troca proteção e benefício.
- O feudo constitui um dos elementos fundamentais da relação feudo-vassálica e materializa o *benefitium* que o senhor oferece ao vassalo em troca de sua fidelidade.
- As relações feudo-vassálicas envolvem um senhor, que é sempre poderoso, de preferência um conde, e um vassalo, servo de seu senhorio.

04. (UFPR – 2004) Sobre o processo de acumulação primitiva do capital na Inglaterra, ocorrido no período correspondente à transição do feudalismo para o capitalismo, e algumas de suas conseqüências, é correto afirmar:

- Coincide com o período em que a coroa inglesa estendeu seus domínios para o continente africano.
- A acumulação de capital deu-se particularmente no campo, em função da elevação das rendas dos proprietários e da exploração da terra segundo critérios capitalistas.
- Os cercamentos estão na origem da expropriação dos camponeses e do desmantelamento das formas de vida comunitárias, tendo lançado na miséria grandes contingentes de homens e mulheres. Essas pessoas foram duramente perseguidas pela legislação de combate à mendicância e à vagabundagem durante os períodos Tudor e Stuart.
- Grande parte do capital oriundo da atividade mercantil foi aplicada na produção têxtil.
- Os cercamentos não foram aceitos passivamente pela população. Pode-se afirmar, com base em sermões, canções e outras formas de expressão da cultura popular, que houve um movimento de resistência mais ou menos violento na Inglaterra contra o despovoamento e o empobrecimento das regiões transformadas em áreas de pastagens e de criação do gado lanígero.

AULA Nº 05

A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

A fragmentação do poder nas mãos dos vários nobres medievais, característico do sistema feudal, passou, a partir do século XI, por sérias transformações. Com o crescente desenvolvimento das atividades urbanas – comércio e artesanato – o poder local dos senhores feudais representava um grande obstáculo aos interesses da nascente burguesia europeia dentro da sociedade que se reorganizava na Baixa Idade Média. Ao mesmo tempo, reis de diversos reinos europeus buscavam fortalecer os seus poderes submetendo e limitando os domínios da nobreza e do clero.

Portugal

Dentro da península Ibérica, o condado Portucalense, fazia parte de uma minoria de reinos cristãos que se organizavam em torno do objetivo comum: a expulsão dos árabes da região. Em 1139, D. Afonso Henriques consegue a independência de Portugal em relação a Leão. Concomitantemente, devido a sua posição geográfica privilegiada, Portugal consolida-se como uma das principais escalas das rotas marítimas que ligava o Mediterrâneo ao norte da Europa.

Dividida entre uma nobreza feudal e uma emergente burguesia marítima, Portugal torna-se o primeiro Estado moderno com o poder centralizado nas mãos de um rei graças à aliança desse com a classe mercantil. Isso ocorre quando em 1383 D. Fernando I, último rei da dinastia de Borgonha, morre sem deixar herdeiros. A nobreza feudal apoiava a entrega da coroa a seu genro, D. Fernando, rei de Castela. Por outro lado, os comerciantes aliados a setores populares conseguem colocar no trono o príncipe **D. João, mestre de Avis**, (1357-1433), **na chamada Revolução de Avis (1383-1385)**, Portugal além de tornar-se o primeiro reino europeu centralizado passa a incentivar as atividades mercantis, principalmente, no setor marítimo dando origem ao processo de expansão marítima dos séculos XV e XVI.

Espanha

Localizado na Península Ibérica, desde o século VIII, esta região teve grande parte de suas terras conquistadas pelos árabes. No entanto, os nobres cristãos que ali viviam, inspirados pelo espírito cruzadista, resolvem no século XI reconquistar o território expulsando os árabes da

região naquilo que viria a ser conhecida como **Guerra de Reconquista**. Durante os vários séculos de luta os diversos reinos ibéricos cristãos organizaram-se em torno principalmente de dois deles, Castela e Aragão, que se uniram através do casamento em 1479 de **Fernando de Aragão e Isabel de Castela**, os chamados “**reis católicos**”. Mas, foi somente em 1492 que os mouros foram expulsos de seu último reduto, Granada, e esta foi conquistada pelo então Estado centralizado espanhol.

França

A formação do Estado francês começou no século X, quando subiu ao trono Hugo Capeto, dando origem a dinastia Capetíngia. A partir de 1180, o rei capetíngio Filipe Augusto criou o primeiro imposto de alcance nacional e exército com caráter nacional submetendo toda nobreza francesa as suas ordens através de juramento. Em 1302, **Filipe IV, o Belo**, dá continuidade a centralização do poder convocando pela primeira vez os **Estados Gerais**, reunião de representantes de três grupos da sociedade francesa: clero, nobreza e comerciantes das cidades. Tal assembleia possuía caráter puramente consultivo, mas apoiou o monarca em suas diversas decisões como taxar os bens da Igreja – o que provocou o **Cisma do Ocidente**, divisão da autoridade suprema da Igreja entre dois papas, um em Roma, e outro em Avignon, sul da França durante 70 anos.

No entanto, a centralização definitiva veio somente após a vitória francesa sobre os ingleses na **Guerra dos Cem Anos (1337-1453)**. Esta guerra longa que necessitou do apoio militar da nobreza, enfrentou momentos de fome generalizada, pestes, revoltas camponesas e derrotas. Mas, foi com a grande ajuda e força do levante popular encarnado sobretudo na figura de **Joana D’Arc (1412-1431) que os franceses conseguiram expulsar os ingleses de seu território em 1453, consolidando assim o Estado nacional francês.**

Inglaterra

Quando GUILHERME, O CONQUISTADOR (1027-1087), originário da Normandia (norte da França), chegou a Inglaterra em 1066 e destituiu do poder os anglo-saxões, deu-se início o processo de centralização política do Estado inglês graças o apoio recebido do exército e dos plebeus. No

entanto, outra dinastia, a dos **Plantageneta**, acabou assumindo o trono inglês e um dos seus mais conhecidos reis medievais, **Ricardo Coração de Leão** (1189-1199), contribuiu para o processo de desfragmentação política quando submeteu a nobreza feudal por meio da Corte de Audiência dos Comuns. Reagindo a tal política centralizadora e ao novo rei inglês, **João sem Terra** (1199-1216), irmão de Ricardo, a nobreza redige e impõe a **Magna Carta** (1215), conjunto de normas na qual determinava que o rei só poderia criar e alterar leis e impostos com a aprovação do **Grande Conselho**, formado pela nobreza e pelo clero, além de definir os direitos do povo perante seu soberano. Após participar contra a França da longa **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453), e perder, a Inglaterra enfrenta outra crise, a **Guerra das Duas Rosas** (1453-1485). Essa disputa interna pelo trono entre as famílias **York** e **Lancaster**, só atrasou ainda mais o moroso processo de criação do Estado Inglês, que só foi definido no século XV, mais precisamente em 1485, quando sobe ao poder a família **Tudor**.

RECORDAR

- A centralização política na Europa atendeu a vários interesses, em particular, os da burguesia que viam na organização dos Estados nacionais a possibilidade de prosperar comercialmente a partir da unificação das leis, da moeda, dos impostos, do exército, da justiça.
- A aliança que possibilitou a criação dos Estados nacionais europeus foi a estabelecida entre reis e burguesia.
- A nobreza não saiu de todo prejudicada, mesmo tendo combatido num primeiro momento o processo centralizador já que continuou a exercer sua influência, principalmente, na esfera política.

Joana D'Arc.

Direção: Luc Besson. Fra/EUA, 1999.



Lancelot – o primeiro cavaleiro.

Direção: Jerry Zucker. EUA, 1995.

AULA Nº 06

AS GRANDES NAVEGAÇÕES EUROPEIAS DOS SÉCULOS XV E XVI

O comércio de **especiarias, tecidos, jóias e essências orientais**, entre Europa e Oriente, gerava grande riqueza desde quando as **Cruzadas** empreendidas pelos cristãos europeus contataram os asiáticos e seus exóticos produtos. Monopolizado pelos italianos de **Gênova e Veneza**, o acesso dos ocidentais aos produtos orientais se agravou quando em 1453 a cidade de **Constantinopla** – principal entreposto comercial ligando a Europa ao Oriente –, foi tomada pelos **turcos-otomanos**. A expansão marítima europeia foi um empreendimento que envolvia além de grande volume de dinheiro uma mobilização ampla, em escala nacional, só possível a um Estado com o poder centralizado. Assim, a necessidade de se buscar novas rotas comerciais que levassem ao rico negócio oriental fez com que a aliança estabelecida entre Estado e burguesia ganhasse força.

O pioneirismo português

A partir do processo de centralização política do Estado português teve início a grandiosa aventura europeia das navegações e sua expansão marítima. Entre os principais fatores que contribuíram para o pioneirismo luso destaca-se a centralização política capaz de angariar recursos para o dispendioso negócio marítimo, organização de uma forte classe mercantil e seu interesse em participar do rico comércio com Oriente. Como as rotas mediterrâneas estavam sob o poder das cidades italianas, a saída encontrada pelos portugueses foi a de chegar ao Oriente contornando a África.

Para realizar o **périplo africano**, os portugueses navegaram o tão desconhecido e temido Atlântico. Foram quase cem anos de tentativas tendo como marco inicial da expansão marítima europeia a tomada de **Ceuta** – cidade até então de domínio mouro –, no norte da África em **1415** pelos portugueses. Em **1488**, o navegador **Bartolomeu Dias(1450-1500)**, chega ao extremo sul da África e ultrapassa o por ele denominado Cabo das Tormentas, mais tarde batizado como **Cabo da Boas Esperança**, demonstrando existir uma passagem para outro oceano, o Índico. Mas, é somente em **1498** que os navegadores lusos, sob o comando de **Vasco da Gama(1469-1524)**, chegam às Índias, mais precisamente na cidade de **Calicute**.

Durante o tempo em que estiveram no litoral africano, os portugueses se envolveram na exploração das riquezas da região como ouro, cobre, marfim, tecidos, sal, mas principalmente, o **comércio de escravos**. Colonizaram vários pontos da África e introduziram no **Arquipélago de Açores (1418-1432)** o sistema de **capitanias hereditárias** com o intuito de povoá-lo desenvolvendo na região agricultura e pecuária.

No ano de **1500** a mais cara expedição programada pelos portugueses, comandada por **Pedro Álvares Cabral**, partiu de Portugal com a tarefa de fazer a mesma viagem de Vasco da Gama e negociar, desta vez em larga escala, com o Oriente. Porém, antes de chegar ao seu objetivo final, a frota navegou em direção ao oeste e atingiu o litoral de outro continente, do qual tomou posse oficialmente e que mais tarde viria a ser o Brasil.

Os espanhóis e as rotas alternativas

A centralização política espanhola foi concretizada no ano de 1492, decorrente da **Guerra da Reconquista**, união de vários reinos ibéricos cristão contra a duradoura ocupação árabe na Península Ibérica (século VIII ao XIV). Seguindo o modelo do empreendimento expansionista luso, os espanhóis, organizados por um Estado centralizado e financiados pela burguesia realizaram, através de uma modesta expedição constituída por apenas três navios – **Santa Maria, Pinta e Niña** – a sua maior aventura: chegar às **Índias** navegando pelo oceano Atlântico em direção ao oeste.

Os espanhóis optaram pelo **ciclo ocidental de navegações**, já que os portugueses, através do contorno do litoral africano, realizavam o **ciclo oriental de navegações**. Quem concebeu esta idéia de se estabelecer contato com o oriente, via ocidente, foi o navegador genovês **Cristóvão Colombo (1451-1506)**. Chegando no continente americano, Colombo batizou os nativos de índios acreditando estar realmente em algum ponto remoto das Índias. Após retornar em 1493 à Espanha e ser recebido com as honras de quem descobrira uma rota alternativa à Ásia. Colombo realizou mais três viagens à América antes de morrer crendo ter alcançado às Índias.

O engano a respeito das terras encontradas pelos espanhóis só foi desfeito em **1504** com a expedição do navegador florentino **Américo Vespúcio (1454-1512)** que confirmou tratar-se de um novo continente. em **1507**, o cartógrafo alemão **Martim Waldsmüller** denominou o continente de **América** em homenagem a Vespúcio.

A divisão do mundo entre os europeus

Os portugueses e os espanhóis detinham, durante os séculos XV e primeiros anos do século XVI, o monopólio das expedições oceânicas. E antes mesmo que outras nações com saída para o Atlântico (Inglaterra, França, Holanda) começassem a se aventurar os ibéricos trataram de dividir entre eles o mundo descoberto e o que viria a ser descoberto. O primeiro acordo, chamado **Bula Intercoetera**, foi assinado em **1493**, e tinha como intermediador o papa. Portugal contestou este acordo e, a fim de evitar uma guerra, em **1494**, após muitas negociações foi estabelecido o **Tratado de Tordesilhas**. Neste foi estipulada uma linha imaginária, o meridiano de Tordesilhas, situado a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Assim todas as terras localizadas a oeste deste meridiano pertenceriam à Espanha e as terras a leste seriam portuguesas.

Um Novo Mundo

Quando os europeus chegaram a América esta já estava ocupada por vários e diferentes povos. Genericamente denominados **índios**, as populações nativas do continente apresentavam constituição social, econômica, religiosa e política muito diversa. Não somente de sociedades tribais eram formadas as populações. Alguns povos formaram gigantescos impérios como os incas e os astecas, ou então grandiosas cidades-Estado como os maias. A maioria dessas civilizações desapareceu em consequência da colonização exploratória iniciada no século XVI pelos europeus.

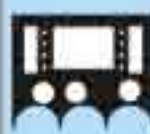
Habitantes da região que hoje corresponde ao sul do México até a Guatemala, os **maias**, construíram cidades que representavam o centro religioso da sociedade e também político já que eram dominados por uma elite religiosa e militar de caráter hereditário. A economia estava fundamentada na agricultura, principalmente de milho, e por isso a maior parte da população era composta por trabalhadores agrícolas. Também possuíam um amplo conhecimento astronômico, previam eclipses e criaram um calendário solar com 365 dias. Desenvolveram um sistema de escrita hieroglífica e na matemática estabeleceram um símbolo para o zero.

Os **astecas** criaram o mais poderoso império da Mesoamérica, com capital em **Tenochtitlán** – atual cidade do México. O poder concentrava-se nas mãos do imperador, que tinha ainda sob o seu domínio toda casta de sacerdotes legitimando o seu caráter divino. A força militar, além de garantir o pagamento de tributos e, assim, o sustento do Estado asteca, era, como o clero, a possibilidade de ascender socialmente para a população pobre composta em sua grande maioria por agricultores.

Ocupando a América do sul, da Bolívia à Argentina, os **incas** a partir da organização e do domínio de várias **aldeias** fundaram um vasto império que teve seu auge entre os séculos XV e XVI. Seu imperador considerado “filho do sol”, era o chefe de uma sociedade extremamente hierarquizada na qual vigorava a servidão coletiva. Uma das formas de exploração da mão-de-obra foi a **mita** (que era prestação de trabalho compulsório nas obras e terras públicas), que mais tarde foi adotada pelos colonizadores espanhóis na exploração dos nativos. A capital do império inca era cidade de Cuzco, que chegou a ter uma população de 100 mil habitantes. O incas impuseram sua cultura e dominação a vários povos, e foi assim que também foram conquistados pelos espanhóis que destruíram o seu império em 1572.

RECORDAR

- A expansão marítima europeia foi um grande empreendimento econômico e político viabilizado graças à aliança estabelecida entre o jovem Estado centralizado e a burguesia. Por apresentar tais requisitos Portugal foi o Estado europeu pioneiro nas navegações.
- A necessidade de encontrar novos caminhos alternativos a rota do mediterrâneo que levassem ao rico comércio de produtos orientais levou quase um século de investimentos. A chegada à América traz uma nova dimensão ao eixo econômico europeu, permitindo a exploração de áreas remotas e globalizando o comércio.
- Como consequência da expansão europeia, muitas das populações nativas que habitavam a América desapareceram.



1492: A conquista do paraíso.

Direção: Ridley Scott. Esp/Fra/EUA, 1992.

Aguirre: coléra dos deuses. Direção:

QUESTÃO DE VESTIBULAR:

01. (UEM – 2002) A ocupação e a colonização da América pelos europeus foi um dos eventos mais significativos da época **M**oderna. A esse respeito, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).
- 01) Ao chegarem às Américas, portugueses, espanhóis, franceses e ingleses se defrontaram com povos nativos – os índios – que se encontravam em um estágio de desenvolvimento extremamente primitivo. Assim sendo, não havia distinção entre as formas de organização social e de desenvolvimento cultural dos primeiros habitantes das Américas do Norte, Central e do Sul.
- 02) Nos primeiros anos da conquista e da colonização do Brasil, durante breve período, os índios foram tratados pelos portugueses como parceiros comerciais no escambo do pau-brasil ao longo da costa.
- 04) A divisão do território em capitânicas hereditárias foi uma forma de colonização utilizada tanto por Portugal quanto pela Inglaterra. O território brasileiro foi dividido em 14 faixas de terra que se estendiam do litoral para o interior. Na América do Norte, a Inglaterra dividiu o território em 13 colônias, cada uma delas entregue a um capitão donatário com os mesmos direitos e deveres estabelecidos aos capitães donatários no Brasil.
- 08) A colonização espanhola da América concentrou-se exclusivamente na região mineradora do Altiplano Andino, região esta habitada até então pelos Astecas.
- 16) A colonização do Brasil pelos portugueses e a colonização inglesa da região das treze colônias apresentam características semelhantes. Ambas utilizaram, predominantemente, o trabalho escravo de negros africanos na produção de açúcar exclusivamente para o mercado externo.

AULA Nº 07

A REFORMA RELIGIOSA

No século XVI, a Europa passava por grandes transformações, como o Renascimento Cultural e Científico – responsável pela disseminação de valores humanistas e individualistas –, a formação dos Estados Nacionais – criando conflitos entre o poder dos reis e o poder papal –, ou ainda os de ordem social-econômico, particularmente, com o emergente crescimento do poder econômico e influência da burguesia na sociedade européia.

Dentro deste contexto de mudanças a unidade da Igreja Católica foi rompida. No entanto, desde o início da Idade Média já havia quem discordasse da Igreja. E essas pessoas eram chamadas de **hereges**. Um herege não era então um descrente, muito menos havia abandonado sua fé. Era alguém que optava por uma religião ou simplesmente transformava o catolicismo tornando-se assim subversivo segundo os preceitos da religião cristã medieval. Assim, qualquer crítica ou desvio religioso era considerado **heresia**.

Os **albigenses** ou **cátaros**, instalados no sul da França, formaram um dos mais conhecidos grupos heréticos da Idade Média por negarem vários dos preceitos católicos como o batismo e os ensinamentos do Velho Testamento. Entre 1140 e 1190 ganharam muitos adeptos e foi necessária a intervenção militar dos príncipes, sob o comando da Igreja, para derrotar o movimento.

Na segunda metade do século XIV, outros dois importantes movimentos de contestação religiosa surgiram na Europa e são considerados precursores da Reforma Religiosa do século XVI: o primeiro foi liderado pelo padre John Wycliffe, (1320-1384), que atacava severamente o sistema eclesiástico além de ter organizado a primeira tradução para o inglês da Bíblia; já o segundo foi liderado por Jan Huss (1369-1415), criticava não só o poder temporal da Igreja como pregava a autonomia política-religiosa da região da Boêmia, parte do Sacro Império Romano-Germânico. Os dois movimentos foram durante reprimidos, sendo que Jan Huss foi excomungado, condenado e queimado vivo em 1415.

A Reforma Luterana

A Reforma Luterana começou na Alemanha, então parte do Sacro Império Romano-Germânico no século XVI. Seu idealizador foi o monge agostiniano **Martinho Lutero (1483-1546)**

membro do clero e professor de teologia na Universidade de Wittenberg. Seguidor da doutrina de Santo Agostinho que pregava a **salvação pela fé**, Lutero era contrário ao tomismo que vigorava na Igreja e adotado principalmente pelo alto clero que via no **livre-arbítrio** e nas boas obras o caminho para a salvação.

O primeiro passo para o rompimento de Lutero com a Igreja Católica ocorre quando este critica publicamente a **venda das indulgências**, isto é, a venda do perdão dos pecados, ao redigir o documento que ficou conhecido como **As 95 teses**.

Outros pontos importantes de crítica da doutrina luterana da época da reforma são:

- Livre leitura da Bíblia;
- A única verdade (dogmas) está nas *Escrituras Sagradas*;
- Manutenção de apenas dois sacramentos: batismo e eucaristia;
- Supressão do clero regular, do celibato clerical e do culto às imagens religiosas (ícones);
- Negação da transubstanciação (transformação do pão e vinho no corpo de Cristo), aceitação da consubstanciação (pão e vinho representam o corpo de Cristo);
- Submissão da Igreja ao Estado.

Em 1520, o papa Leão X ameaçou Lutero com a excomunhão caso não se retratasse oficialmente. Em resposta Lutero queimou a bula papal agravando ainda mais a situação. A nobreza alemã se dividiu ficando em sua maioria ao lado de Lutero. Instaurou-se assim, uma crise política.

Em 1521, Lutero foi considerado herege numa assembléia comandada pelo imperador **Carlos V**. No entanto, sob a proteção dos príncipes alemães, Lutero pôde continuar difundindo sua doutrina. A Reforma a partir deste momento passa a ter um significado político e econômico, além do da fé, uma vez que liberava os reinos do jugo da Igreja e colocava a disposição da nobreza alemã todo o patrimônio católico.

Após um longo tempo de disputas finalmente em 1555 a **Paz de Augsburg** estabeleceu que cada governante dentro do Sacro Império Romano-Germânico poderia escolher sua religião e a de seus súditos.

A Reforma Calvinista

A reforma calvinista começou em Genebra, na Suíça, na década de 1530 e foi liderada pelo teólogo francês **João Calvino** (1509-1564) que havia se convertido ao luteranismo. Os fundamentos calvinistas eram mais severos que os luteranos e se fundamentam na teoria criada por Calvino da **predestinação absoluta**, ou seja, todos estamos submetidos à vontade de Deus e as pessoas já nascem predestinadas à salvação ou à condenação. Um dos sinais de que o fiel poderia ser um dos escolhidos de Deus estava na sua dedicação ao trabalho e na capacidade de enriquecer por intermédio dele.

Dessa forma, a doutrina calvinista exalta as características individuais necessárias às práticas comerciais: rigor da disciplina, valorização moral do trabalho e da poupança. Dentro deste contexto a burguesia passa a ser atendida espiritualmente enquanto grupo social, algo que não encontrava nas doutrinas católica e luteranas, ligadas ao capital.

Pode-se associar que a mentalidade calvinista contribuiu para a criação de uma conduta que tornava o trabalho e o enriquecimento valores positivos. No entanto, a riqueza conseguida pelo fiel não deveria nunca ser transformada em ostentação, mas reinvestida para criar mais prosperidade. Essa atitude contribuiu para a expansão das atividades mercantis e manufatureiras onde houve o crescimento do calvinismo.

Em cada país da Europa onde ocorreu a reforma calvinista, esta foi seguida de especificidades guiadas pela burguesia local. Assim, na Inglaterra os calvinistas eram chamados de **puritanos**, na Escócia de **presbiterianos** e na França de **huguenotes**.

A Reforma Anglicana

Em 1527, o rei da Inglaterra, **Henrique VIII** (1491-1547), solicitou ao papa autorização para anular seu casamento com a espanhola Catarina de Aragão (1485-1536) com a qual havia tido somente uma filha, com a saúde comprometida, e assim inapta para ser sua sucessora no trono da Inglaterra.

O monarca inglês aguardava a autorização do então papa **Clemente VII** (1478-1534) para casar-se com Ana Bolena (1507-1536) e resolver o seu problema de sucessão. O pedido não foi aceito visto que Catarina era tia de Carlos V, monarca que auxiliava a Igreja no combate aos luteranos. Em 1531 Henrique VIII toma a iniciativa do

divórcio e obriga o Parlamento a votar uma série de leis que coloca a Igreja Católica inglesa sob o comando do Estado.

As medidas recebem apoio da nobreza e da burguesia, que há muito desejavam o fim do pagamento de tributos à Igreja e também suas grandes propriedades e bens.

Em 1534 foi assinado o **Ato de Supremacia** que proclamava o rei Henrique VIII chefe supremo da Igreja da Inglaterra, ou seja, a Igreja Anglicana. O anglicanismo preservou substancialmente grande parte da estrutura hierárquica e cerimonial católico. Ao mesmo tempo em que adotou, principalmente no governo da rainha Elizabeth, elementos do calvinismo.

A Contra-Reforma

Em resposta à crise que se abateu sobre a Igreja e às críticas formuladas pelos protestantes, os católicos resolvem tomar algumas medidas. Entre elas o fortalecimento da **Inquisição**, também conhecido como **Tribunal do Santo Ofício**, e organizaram o **Concílio de Trento** (1545-1563).

A Inquisição já existia desde o século XIII, e tinha como objetivo julgar as heresias. Os denunciados de tal prática eram presos e submetidos a um processo. O interrogatório consistia na maior parte dos casos em torturas para fazer com que os acusados confessassem os seus atos. Caso fossem julgados e condenados, o herege era queimado vivo em cerimônia pública.

Com a reativação do Tribunal da Inquisição, a Igreja passou a perseguir, condenar e executar todos os que questionassem os dogmas católicos ou então discutissem os princípios da religião.

Mas, foi o Concílio de Trento que trouxe o definitivo posicionamento da Igreja frente às críticas protestantes. Dentre as decisões mais importantes destacaram-se:

- proibição da venda das indulgências;
- obrigatoriedade dos clérigos freqüentarem escolas, seminários, para sua formação, antes de serem ordenados;
- proibição da venda de altos cargos eclesiásticos (bispos, arcebispos, cardeais);
- princípio da salvação pela fé e pelas boas obras;
- manutenção do celibato clerical;
- validação dos sete sacramentos: batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e casamento.

Foi criado ainda o **Index**, que consistia numa lista de livros proibidos pela Igreja Católica. Faziam parte desta lista livros religiosos protestantes, a Bíblia traduzida para os idiomas nacionais, e também os tratados científicos como os de Galileu Galilei(1564-1642) e Giordano Bruno (1548-1600).

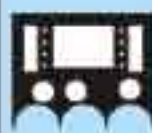
O movimento da Contra-Reforma teve ainda a ajuda da **Companhia de Jesus**. Criada em 1534 pelo ex-soldado espanhol **Santo Ignácio de Loyola(1491-1556)**, a ordem dos jesuítas estava organizada em uma rígida hierarquia e disciplina militar formando assim padres preparados para combater os muçulmanos e protestantes por meio do ensino e expansão da fé católica. Em 1549, um primeiro grupo jesuíta desembarcou no Brasil, com a finalidade de converter ao catolicismo os nativos da América.

A Contra-Reforma não conseguiu impedir o protestantismo, mas limitou sua expansão. Um exemplo é o da ação dos inicianos na América Latina, local de maior concentração de católicos no mundo.

RECORDAR

- A Reforma Protestante e a Contra-Reforma católica, ocorridas no século XVI, integram um conjunto de acontecimentos que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo. Assim, a Reforma Protestante ultrapassou as críticas aos dogmas católicos. Com o apoio de segmentos sociais – nobreza na Alemanha e burguesia na Suíça – ela abalou a autoridade da hierarquia eclesiástica contribuindo para a modificação das instituições políticas, sociais e econômicas europeias.
- Mesmo não sendo o precursor das críticas aos dogmas católicos, Martinho Lutero é considerado o impulsionador da reforma religiosa. Fazia parte do clero mas divergia com a Igreja em alguns pontos como o da vendas das indulgências já que a salvação da alma era resultado da fé.
- A Reforma Calvinista foi o primeiro movimento religioso a atender os interesses espirituais da burguesia que, devido à prática de atividades mercantis e usurárias, era frequentemente condenada pelo discurso católico e luterano.
- A Contra-Reforma consistiu em uma série de medidas adotadas pela Igreja para combater a expansão do protestantismo. Entre suas ações destacaram-se: o

fortalecimento da Inquisição, a convocação do Concílio de Trento, a criação do Index e a atuação catequizadora dos padres jesuítas.



A rainha Margot.
Direção: Patrice Chéreau.
Ale/Fra/Ita., 1994.

QUESTÕES DE VESTIBULAR

01. (PUC-PR DEZ/2002) – Nos começos do século XVI teve início a Reforma Religiosa, com a atuação de Martinho Lutero, padre agostiniano, então em Wittenberg. Sobre as causas desse movimento, é correto afirmar:
- Os reformados tiveram apoio da burguesia, desejosa de firmar sua atividade capitalista de obter lucros, limitados pela Igreja e indicativos de pecado.
 - Um sentimento nacionalista surgira na Alemanha e Norte da Europa, passando o Papa a ser visto como um estrangeiro a interferir em assuntos internos.
 - Em matéria de religião ocorreu o abuso de setores do Clero, com a exploração das “reliquias sagradas” e venda de Indulgências.
 - O documento inicial que desencadeou a Reforma Luterana foi a Declaração de Augsburgo, redigida por Felipe de Melanchton.
 - Ao tempo do início da Reforma Luterana era Papa Júlio II, mecenas do Renascimento e que interpretou o ato de rebeldia de Lutero como uma simples querela de agostinianos contra dominicanos.
- Estão corretas:
- III, IV e V
 - I, II e V
 - I, II e III
 - Apenas III e V
 - Apenas IV e V
02. (UEM – 2004) – O início dos tempos modernos foi marcado por uma série de transformações em todos os aspectos, na Europa. Entre tais transformações, destaca-se, no tocante à religiosidade, a chamada Reforma Protestante. A esse respeito, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).
- 01) Analisada em seu conjunto, pode-se afirmar que a Reforma se originou das condições gerais da Europa no século XVI. A Igreja estava em crise, a burguesia crescia

em importância, os Estados modernos se organizavam e o Renascimento Cultural possibilitava a liberdade de crítica.

- 02) Em meados do século XVI, o Concílio de Trento reafirmou os dogmas da Igreja romana e, entre outras medidas, proibiu a venda de indulgências e criou o índice, lista de livros cuja leitura era proibida aos fiéis.
- 04) A Igreja condenava a usura e pregava o “preço justo” na venda de mercadorias. Tal postura era incompatível com o desenvolvimento da economia mercantil que ocorria nos séculos XV e XVI.
- 08) O comércio de indulgências e a simonia foram alguns dos poucos aspectos do comportamento do clero que não sofreram críticas por parte de Martinho Lutero e Calvino.
- 16) O Tribunal da Santa Inquisição – Tribunal eclesiástico – utilizava métodos violentos para interrogar, julgar e condenar os suspeitos de heresia.

03. (UFPR- 2005 – 1ª FASE) – “Se não existissem leis e governos, uma vez que o mundo é mau e apenas um ser humano em mil é um verdadeiro cristão, as pessoas se destruiriam umas às outras e ninguém seria capaz de sustentar sua mulher e seus filhos, de se alimentar e servir a Deus. O mundo tornar-se-ia um deserto. E assim Deus instituiu dois governos, o governo espiritual, que molda os verdadeiros cristãos e as pessoas justas por meio do Espírito Santo sob Cristo, e o governo secular, que reprime os maus e os não cristãos e os obriga a conservarem-se exteriormente em paz e permanecerem quietos, gostem ou não gostem disso.”

(Martinho Lutero. *Sobre a autoridade secular: até que ponto se estende a obediência a ela?* Trad. de Hélio M. L. de Barros e Carlos E. S. Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 16.)

Sobre o contexto da Reforma Protestante e as idéias de Lutero sobre o poder temporal, é correto afirmar:

- () Dando continuidade ao pensamento político de Santo Agostinho, Lutero reforça a autoridade dos príncipes, legitima o domínio que exercem sobre os súditos e compartilha com os monarcas as idéias a respeito da centralização do poder.
- () Lutero, por assumir uma posição de conservadorismo político e defender a teoria da resistência passiva dos cristãos, condenou com veemência as revoltas camponesas na Alemanha.
- () Ao fundamentar sua teologia na justificação pela fé, Lutero desenvolveu uma definição pessimista da humanidade, que se confrontava com a definição humanista. Isso ficou evidente na polêmica que manteve com Erasmo, em torno do livre-arbítrio.
- () Apesar de se colocarem em campos teológicos e doutrinários completamente opostos, a Reforma Protestante e a Reforma Católica tinham um objetivo comum: responder às demandas espirituais da época e aplacar as inquietações da consciência cristã.
- () As guerras religiosas do século XVI uniram católicos e protestantes contra a ameaça turca e o Islã.

04. (UFPR- 2006) – A Reforma protestante e a Contra-Reforma envolveram aspectos ligados à doutrina da religião cristã e à forma como se organizava a Igreja Católica com sede em Roma. No contexto desses movimentos, considere as afirmativas abaixo:

- I. Os protestantes eram contrários à autoridade do Papa e à intermediação dos padres na leitura da Bíblia.
- II. Os protestantes eram contrários ao casamento dos padres e ao sacramento da confissão.
- III. As idéias protestantes tiveram grande aceitação por parte dos monarcas portugueses, espanhóis e ingleses.
- IV. Os jesuítas foram designados para a ação missionária nas terras da América, Ásia e África, a fim de garantir a expansão da fé católica.
- V. O Concílio de Trento definiu algumas ações para reagir à expansão do protestantismo, como o fortalecimento dos sacramentos e uma melhor formação do clero para o atendimento dos fiéis.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- d) Somente a afirmativa IV é verdadeira.
- e) Somente as afirmativas III e V são verdadeiras.

AULA Nº 08

OS CONFLITOS COLONIAIS

Desde o início do processo de colonização até os últimos anos o Brasil Colônia foi palco de inúmeras revoltas provocadas por diferentes motivos mas que podem ser divididos em três grupos com características comuns:

1. disputas territoriais entre os colonizadores e os índios. Os primeiros contatos foram pacíficos até que os nativos perceberam qual era a intenção dos portugueses. As guerras foram constantes e quase sempre vencida pelos colonizadores que possuíam a supremacia bélica da pólvora, o que não impediu que muitos índios lutassem com bravura pela sua liberdade.

Guerra dos tapuias (1693-1713)

Conhecida também como Guerra dos Bárbaros, definidos assim por se recusarem a estabelecer contato com os brancos. Habitavam a região do sertão nordestino entre os atuais estados do Rio Grande do Norte e Ceará. As tapuias, ou **janduis**, já haviam despertado a ira dos portugueses por terem sido aliados dos holandeses durante a **Insurreição Pernambucana** (1645-1654).

Habitavam uma região de difícil acesso fazendo com que a coroa portuguesa contratasse bandeirantes que sob as ordens do rei exterminou a nação janduí em 30 anos de guerra.

Guerra Guaranítica (1750)

Foi assim denominada devido ao predomínio de índios da nação guarani na região em que ocorreu o embate. O território mais ao sul da América estava sendo foco da disputa entre Portugal e Espanha nos limites estipulados pelo **Tratado de Tordesilhas** (1494). De acordo com o novo acordo firmado entre as coroas ibéricas, o **Tratado de Madri (1750)**, a posse da terra seria definida por quem a tivesse efetivamente colonizado (princípio de *utis possidetis*). Para evitar a descontinuidade territorial, que intercalava domínios portugueses e espanhóis foi decidido que em troca da **Colônia de Sacramento** (Portugal) a Espanha entregaria a região de **Sete Povos das Missões**.

Essa região já era ocupada e administrada por padres espanhóis da **Companhia de Jesus** que não concordaram com o arranjo político. Armados pelos **loyolistas**, os índios defenderam as várias missões jesuíticas instaladas na região

tanto da ocupação portuguesa quanto das correntes ações escravizadoras dos bandeirantes. Com a vitória e o domínio português na região sul, aproximadamente 30 mil índios foram derrotados e mortos.

2. Indisposição de colonos para com a coroa portuguesa decorrente de cobranças abusivas de impostos e concessão de privilégios aos reinóis.

A Revolta de Beckman (1684)

Longe de ser uma revolta de independência, mesmo com a formação de um governo provisório, este movimento liderado por dois irmãos, **Manuel e Tomás Beckman** (1630-1685), **visava combater a COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO DO ESTADO MARANHÃO**.

Fundada pela coroa portuguesa, a companhia tinha como função vender aos habitantes do Maranhão produtos importados (vinho, azeite, panos) e deles comprar tudo o que produzissem (algodão, açúcar, madeira, drogas do sertão). A companhia também era responsável pelo fornecimento de escravos africanos, 500 por ano, aos produtores da região. Estes estavam impedidos de escravizar os indígenas devido a ação jesuítica na região norte.

Com os desmandos da companhia – cobrança de altos preços pelos produtos importados e o baixo preço pago nos artigos coloniais, além do não fornecimento de escravos – os colonos uniram-se e tomaram a cidade São Luis e enviaram Tomás Beckman a Portugal para reforçar os interesses maranhenses. Tomás foi preso e tropas foram enviadas ao local para sufocar a revolta que resultou no fim da companhia mas também no enforcamento de dois dos seus líderes Jorge Sampaio e Manuel Beckman.

Guerra dos Emboabas (1710 – 1711)

Disputa de paulistas e europeus pelo controle da região de Minas Gerais onde foi descoberto ouro. Resultou na separação da Capitania de São Paulo e Minas Gerais da capitania do Rio de Janeiro. Os bandeirantes dirigiram-se aos atuais estados do Mato Grosso e Goiás em busca de mais jazidas de ouro. Enriquecidos retornaram a São Paulo e dedicaram-se a atividades de abastecimento do mercado interno mineiro.

Guerra dos Mascates (1710 – 1711)

Contenda entre os latifundiários brasileiros de Olinda e os comerciantes portugueses, chamados de mascates, da vila de Recife. O motivo se instalou quando os holandeses foram expulsos da região resultando numa crise econômica para os produtores de açúcar de Olinda que passaram a depender dos empréstimos dos mascates de Recife. Com a emancipação política de Recife os olindenses não poderiam mais fazer uso do poder político que ainda possuíam sobre os comerciantes. Descontentes os olindenses iniciaram o conflito. Acabou com a prisão dos revoltosos e a transferência da sede administrativa de Pernambuco para a emancipada Recife.

Revolta de Felipe dos Santos (1720)

Liderada pelo tropeiro Felipe dos Santos (1680-1720), provavelmente ligado ao contrabando de ouro na região de Minas Gerais, esta revolta contou com a participação de 2000 homens armados que tinha entre suas causas o combate aos crescentes tributos cobrados da colônia, a institucionalização das casas de fundição, onde o ouro em pó era transformado quintado medidas adotada contra o contrabando.

Dirigindo-se ao governador, o **conde de Assumar**, apresentaram uma lista de reivindicações, que aceitas num primeiro momento resultaram, duas semanas depois na invasão de Vila Rica por 1500 soldados que prenderam os envolvidos. Os participantes mineiros ricos, geralmente portugueses de nascimento, foram enviados novamente para Portugal. Já os pobres foram condenados a morte e Felipe dos Santos foi enforcado, esquartejado e seu corpo arrastado pelas ruas de Vila Rica como de praxe nas rebeliões contra a coroa.

3. Manifestações de rompimento com a metrópole e o “pacto colonial”.

Inconfidência Mineira (1788 – 1789)

Tida como a mais importante das revoltas coloniais brasileiras, era formada principalmente por membros da elite mineira que não concordava com os abusos e pressões fiscais cometidos pelo governo português, como a **derrama** – cobrança de impostos realizada de forma violenta pela coroa no qual inclusive invadia-se casas particulares).

De caráter emancipacionista e influenciada pelos ideais Iluministas e pela Independência dos Estados Unidos, a inconfidência desejava fazer de Minas Gerais e do Rio de Janeiro um novo país.

Eram contra o fim da escravidão mas estimulavam o desenvolvimento do comércio.

Delatados por membros do movimento em troca do perdão de suas dívidas, os inconfidentes foram julgados pelo crime de lesa-majestade. Aos que pertenciam a elite o castigo foi o degredo na África. Já o alferes José Joaquim da Silva Xavier, **Tiradentes (1746-1792)**, devido ao seu menor prestígio social recaiu a culpa da organização do movimento e sua execução foi exemplar para que ninguém mais pensasse em conspirar contra a Coroa.

Conjuração Baiana (1798)

Diferentemente da Inconfidência Mineira, este movimento caracterizou-se pela maciça participação popular dos habitantes da cidade de Salvador que estava sofrendo uma grave crise social e econômica decorrente da escassez de alimentos.

Influenciados pelos ideais da Revolução Francesa, **“liberdade, igualdade e fraternidade”**, lutavam pelo fim da abolição, liberdade comercial, nacionalização do comércio, direito a um emprego sem haver discriminação de cor e condição social, enfim, desejavam instaurar uma república.

Quando o movimento fez-se público através de panfletos em 12 de agosto de 1798, o governador da Bahia reagiu. O destino dos participantes foi o mesmo daqueles que integraram a Inconfidência, com o agravante da condição social dos seus líderes. Assim, foram quatro os enforcados e esquartejados, com o castigo exemplar.

RECORDAR



A missão.

Direção: Roland Joffê. Ing., 1986.

Questões de Vestibular:

01. (PUC-PR – DEZ/2003). A Conjuração Baiana (1798) diferenciou-se da Conjuração Mineira (1789), entre outros aspectos, porque aquela:
 - a) envolveu a alta burguesia da sociedade do Nordeste.
 - b) pretendia a revogação da política fiscal do Marquês de Pombal.
 - c) aglutinou a oficialidade brasileira insatisfeita com seu soldo.
 - d) teve um caráter popular, com preocupações sobretudo sociais.
 - e) ficou também conhecida como “revolta dos marinheiros”.

- 02. (FGV-2006) Antunes voltou ao capão e trans**
- mitiu a seus companheiros as promessas de Bento. Os paulistas saíram dos matos aos poucos, depondo as armas. Muitos não passavam de meninos; outros eram bastante velhos. Seus, magros, cambaleavam, apoiavam-se em seus companheiros. Estendiam a mão, ajoelhados, suplicando por água e comida. Bento fez com que os paulistas se reunissem numa clareira para receber água e comida. Os emboabas saíram da circunvalação, formando-se em torno dos prisioneiros. Bento deu ordem de fogo. Os paulistas que não morreram pelos tiros foram sacrificados a golpes de espada. (Ana Miranda. O retrato do rei)**
- O texto trata do chamado Capão da Traição, episódio que faz parte da Guerra dos Emboabas, que se constituiu**
- a) em um conflito opondo paulistas e forasteiros pelo controle das áreas de mineração e tensões relacionadas com o comércio de especulação de artigos de consumo como a carne de gado, controlada pelos forasteiros.**
- b) em uma rebelião envolvendo senhores de minas de regiões distantes dos maiores centros – como Vila Rica – que não aceitavam a legislação portuguesa referente à distribuição das terras e a cobrança do dízimo.**
- c) no primeiro movimento colonial organizado que tinha como principal objetivo separar a região das Minas Gerais do domínio do Rio de Janeiro, assim como da metrópole portuguesa, e que teve a participação de escravos.**
- d) no mais importante movimento nativista da segunda metade do século XVIII, que envolveu índios cativos, escravos africanos e pequenos mineradores e faiscadores contra a criação das Casas de Fundição.**
- e) na primeira rebelião ligada aos princípios do liberalismo, pois defendia reformas nas práticas coloniais e exigia que qualquer aumento nos tributos tivesse a garantia de representação política para os colonos.**

